

A via de Putin

Publicação: [O Mundo em Português Nº58](#)

Data de Publicação: Abril/Maio de 2005

Autor: Luísa Meireles

Anda no ar um certo perfume a Guerra Fria. As eleições na Ucrânia e a dura batalha política travada em seu torno geraram reflexos externos dignos da melhor confrontação retórica de outros tempos: Putin sugere que Washington tem uma «política externa ditatorial» e o Ocidente condena-o pela sua «deriva autoritária», quando não o acusa de ser «um obstáculo à mudança numa autocracia mal gerida», para citar as palavras da liberal Economist. Com razão ou não para expressões tão radicais, a verdade é que a Rússia mudou – está a mudar.

Desde que Vladimir Putin assumiu o poder, por incumbência de Boris Ieltsin, no dia de ano novo de 2000, a sua atitude foi sempre de apaziguamento: tolerou sem resistência de maior a entrada para a NATO dos três Estados bálticos; aceitou a presença de militares americanos na vizinha Geórgia e ajudou até a depor o seu antigo Presidente, em prol de um outro, francamente pró-americano; não discutiu o estabelecimento de bases dos Estados Unidos no Uzebequistão e no Quirquistão, em nome da luta anti-talibã.

Os tempos de uma Rússia cordata parecem ter chegado ao fim. Esta Rússia é um dado novo na cena internacional, mas é com ela que há que contar, ou não fosse o maior país do mundo, crucial em termos estratégicos e económicos, e cuja interação com os seus numerosos vizinhos define uma imensa arena política. Só ela fornece metade das necessidades em petróleo da UE, numa relação que a Agência Internacional de Energia já qualificou como «sobredependência». Por isso interessa saber como e porque é que a Rússia está a mudar.

Quando Putin foi reeleito, com cerca de 70% dos votos, em Março de 2004, prometeu «uma viragem decisiva» no país e um conjunto de novas reformas. A data-chave parece ter sido a tragédia de Beslan, no início de Setembro de 2004, quando, em nome da luta antiterrorista, e da verticalidade e reforço do poder do Estado, lançou uma reforma política radical, que centraliza ainda mais o seu poder.

As reformas em curso, a par da abundância económica que as receitas do petróleo proporcionaram, geraram um novo discurso – e o Kremlin não parece disposto a abdicar de uma resposta «taco-a-taco» a cada movimento percebido como um ataque às suas posições. Ao ponto de, em Novembro de 2004, na sequência da nova doutrina antiterrorista pela qual salvaguarda o direito de lançar ataques preventivos em qualquer parte do mundo, ter julgado necessário anunciar ao mundo que as Forças Armadas russas estão a testar um novo tipo de arma convencional (no fundo, uma nova versão de um sistema antigo, o míssil balístico intercontinental Topol M, designado pela NATO como SS-27).

Reformas globais

Reforma de governo, reforma eleitoral dos poderes regionais, reforma do sistema de eleição parlamentar. As três foram concluídas antes do final do ano, no meio de um coro de críticas da oposição, que acusa o Kremlin de dar um verdadeiro «golpe de Estado», à boleia de Beslan. Quanto à prometida «reforma social», que prevê a mudança do sistema de vantagens sociais herdado dos tempos soviéticos e de que beneficiam 40 milhões de cidadãos, está por fazer, na consideração dos custos político-sociais que arrastará; e quanto às reformas económicas (impostos, finanças), parecem ter perdido o ritmo, ensombradas pelo destino da petrolífera Lukoil, do oligarca Mikhail Khodorkovski, na cadeia desde Outubro de 2003.

A economia baseia-se ainda na velha estrutura industrial soviética, condenada a desaparecer quando for exposta à concorrência estrangeira. Os oligarcas, de resto, continuam a controlar 70% da economia, o que desmente uma alegada sanha anti-oligárquica de Putin, mais preocupado em confiná-los à estrita esfera económica, sem voos políticos, como tentou Khodorkovski.

O tecido económico russo apresenta cada vez mais a «originalidade» das principais alavancas industriais estarem concentradas nas mãos de importantes funcionários da administração presidencial. É assim que o seu chefe, Dmitri Medvedev, está na direcção da Gazprom (a maior empresa de gás do mundo, controlada pelo Estado) e que o seu «número dois», Vladislav Surkov, dirige a Transneft (que controla um terço do transporte dos produtos petrolíferos no país), para citar apenas dois entre vários exemplos, que abrangem a Aeroflot, o grupo militar-industrial Almaz-Antei ou o monopólio dos caminhos-de-ferro.

A generalidade dos indicadores mostra, todavia, que o país está em fase de expansão económica, que ultrapassa o boom do sector energético. O crescimento cifrou-se em cerca de 7% e as reservas em divisas estão na ordem das centenas de milhões de dólares. A dívida externa não chega a 30% do PIB e o investimento estrangeiro aflui em quantidade, se bem que dirigido fundamentalmente para o sector da energia.

O desafogo do Estado russo permitiu-lhe eliminar de vez a chaga dos salários em atraso e ainda aumentar regularmente as pensões e encarar uma reforma militar, que deverá cortar para 800 mil o número de efectivos actuais (1 milhão e 200 mil). Tais factos ajudam a explicar a consistência da elevada taxa de popularidade do próprio Putin, em torno dos 70%, e que nada parece abalar, cinco anos depois de ter assumido o cargo.

Longe vão os tempos de transição. Se Putin herdou um Estado em deliquescência, minado pela corrupção e favores políticos, empenhou-se em fazê-lo reviver, mesmo que os resultados práticos em termos de eficácia não sejam brilhantes. O Governo, logo a seguir às eleições presidenciais de 2004, foi drasticamente reduzido de 30 para 17 pastas e a sua chefia confiada a um homem de perfil eminentemente tecnocrático, Mikhail Fradkov. Até ver, tem conseguido manter em equilíbrio os dois grupos que inspiram o Executivo, os chamados «siloviki», ligados ao pessoal militar, de segurança e dos serviços secretos, e os «liberais» de São Petersburgo, reformistas que querem aplicar o modelo ocidental.

Consolidação do controlo

O decreto-lei que suprimiu as eleições directas para governadores da imensa Federação Russa (uma reforma institucional chave do tempo do seu antecessor, Boris Ieltsin) foi assinado a 12 de Dezembro, para entrar em vigor no primeiro trimestre de 2005. Dado o actual calendário das eleições regionais (a maioria dos patrões locais estão a meio de mandato), a lei não terá aplicação plena antes de dois ou três anos, um prazo singularmente longo para uma reforma ditada pela urgência do combate antiterrorista.

A reforma, que supostamente deverá renovar o aparelho político das regiões, prevê que o Kremlin proponha os candidatos às Dumas locais, que serão dissolvidas se os recusarem três vezes consecutivas. A verdade dos factos relativiza o carácter «antidemocrático» da reforma: a maioria das regiões é governada por chefes de clã, a que se juntam patrões de grandes empresas, chefes dos aparelhos de segurança e do sistema judiciário, media e, não raro, elementos criminosos. A situação também explica a reiterada baixa participação popular nos escrutínios e a generalizada opinião

desfavorável em relação aos chefes locais o que, de acordo com uma sondagem efectuada pelo Centro Russo de Estudo da Opinião Pública, «cria um terreno propício à reforma».

Já antes tinha sido aprovada a instauração do sistema proporcional integral nas eleições parlamentares e o aumento do limite mínimo de 5 para 7% dos votos para os partidos terem direito a representação parlamentar. A nova legislação prevê, além disso, que estes sejam obrigados a aumentar o número de filiados de 10 para 50 mil. Para as eleições de 2007, está já na forja um projecto de lei que transformará a Câmara num foro exclusivo dos partidos, em vez da actual representação mista (por territórios e por partidos). Em análise está também, por iniciativa do Kremlin, a criação de uma nova Câmara Social ou Cívica, que reunirá «cidadãos de mérito» e cuja função, consultiva dos projectos de poder, não se percebe muito bem qual será.

Para a generalidade da oposição, o golpe é fatal. Com excepção dos comunistas, nenhuma outra formação da oposição consegue atingir esse limiar, que os remete para o estatuto de «marginais políticos». Numa reunião recente em Moscovo, líderes de vários quadrantes (a maioria dos quais ausentes do parlamento) condenaram o regime, que consideram ter-se transformado numa «pseudo-democracia» e apelaram à unidade da oposição, um objectivo sistematicamente falhado. Afinal, o fracasso dos democratas russos em apresentar alternativas também é responsável pela via a que Putin está a conduzir a Rússia – que surge cada vez mais como uma sociedade bloqueada, virada para si própria e sem alternativas de poder.

Cinco anos depois, tornou-se claro que controlo é a palavra-chave do homem ao leme na Rússia. Tudo leva a crer que a estratégia delineada por Putin para deter o declínio político, estratégico, económico e demográfico do país que herdou de Ieltsin passa por aí. Mas a história da Rússia ensina que o controlo nunca foi remédio para os seus males – ou, pelo menos, que os custos de tal solução não deixam de acarretar, a prazo, males maiores.

A questão é saber se este novo modelo autoritário irá persistir, ou sobreviver a Putin, ou se esta evolução poderá ser detida ou assumir outra forma. E de como o Ocidente poderá ajudar. Afinal, tal como mostrou o exemplo ucraniano, o inesperado também acontece. Mas o Ocidente terá que encontrar melhores formas de agir do que a simples aceitação das novas regras ou do diktat puro e simples, que só colherá resultados opostos. Soluções inventivas, precisam-se!